

# O capitalismo rumo a uma regulação caótica\*

Michel Husson

Administrador do Institut National de la Statistique et des Études  
Économiques (INSEE) e pesquisador do Institut de Recherches  
Economiques et Sociales (IRES) (França)

\* Texto publicado com a autorização do autor. Tradução: Fernando Ferrone.

## O capitalismo rumo a uma regulação caótica

O artigo realiza um balanço da crise econômica que se iniciou em 2008, apesar do “otimismo de fachada” expresso nas declarações de analistas. A crise golpeia as características essenciais do modelo de crescimento neoliberal vigente, surgido como resposta à recessão generalizada de 1974-1975. A situação atual impõe a diminuição quase universal da fração das riquezas destinadas aos trabalhadores e a formação de profundos desequilíbrios internacionais, especialmente entre os Estados Unidos e o resto do mundo. Esse modelo apenas diluiu as contradições do capitalismo no tempo, mas ao preço de uma acumulação de tensões: hoje é impossível o retorno ao “keynesianismo” dos “Trinta Gloriosos” e a única saída é o aprofundamento do modelo neoliberal. Entretanto, esse modelo não é mais capaz de funcionar, e o capitalismo está em um impasse.

Palavras-chave: Crise econômica; Neoliberalismo; Capitalismo

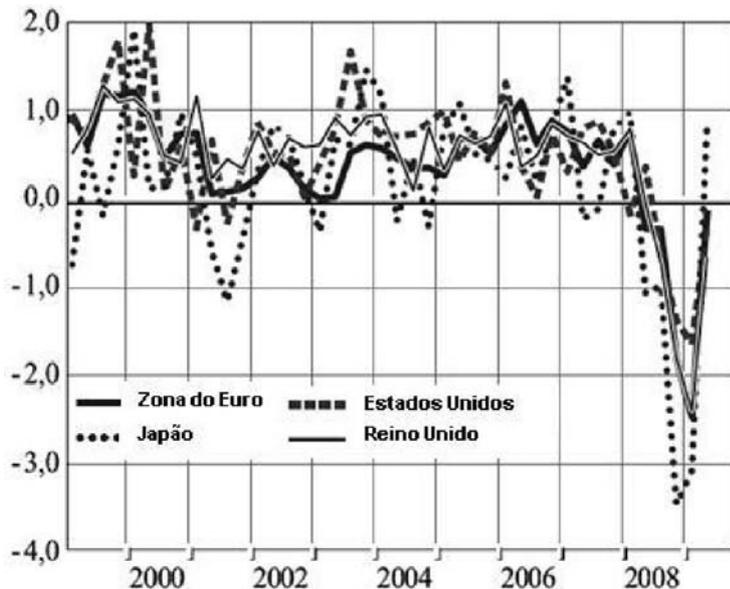
## Capitalism heading to a chaotic regulation

The article accomplishes a balance sheet about the economic crisis which has started in 2008, despite the “sham optimism” shown in the analysts’ statements. The crisis hits the essential characteristics of the model of neoliberal growth in force, that has arisen as an answer to the generalized recession of 1974-1975. The current situation imposes the almost universal diminishing of the fraction of wealth destined to the laborers and the formation of profound international imbalances, especially between the United States and the rest of the world. This model has only diluted the contradictions of capitalism along time, but at the price of an accumulation of tensions: today, it is impossible the coming back of the Keynesianism of the “Thirty Glorious years” and the only way out is the deepening of the neoliberal model. However, this model is not capable anymore to function, and capitalism is facing an impasse.

Keywords: Economic crisis; Neoliberalism; Capitalism

“A prosperidade está logo ali”. Essa soberba frase atribuída, no momento mais agudo da crise dos anos 1930, a Herbert Hoover, então presidente dos Estados Unidos, está novamente atual. Era, evidentemente, preciso estar preparado para ela: o menor suspiro da conjuntura seria interpretado como um sinal do começo do fim da crise. Bastou um trimestre de variação positiva para que os executivos e seus bônus retornassem à ativa. Na França, o instituto patronal Rexecode frisa que “o reajuste para baixo dos efetivos na fase recessiva atual foi menor que aquele observado nas fases recessivas precedentes” (FERRAND e BRUN-SCHAMMÉ, 2009, p. 3). Esse otimismo de fachada era, também ele, previsível. Há seis meses, escrevíamos: “pode-se apostar desde já que o primeiro trimestre de crescimento zero será celebrado como o sinal de um retorno à normalidade” (HUSSON, 2009). Porém, imediatamente, acrescentávamos que “essa esperança terá pouco fôlego e, uma vez que os efeitos dos planos de relançamento se dissiparem, perceber-se-á que, na verdade, não se saiu verdadeiramente da crise”. Eis que estamos nesse ponto, no final da recessão técnica e no começo da fase intermediária da “miniretomada” (Gráfico 1). Na realidade, a crise apenas começou.

Gráfico 1 - Crescimento da produção (%)



Fonte: Boletim Mensal do BCE, setembro de 2009, <http://gesd.free.fr/bcem99.pdf>

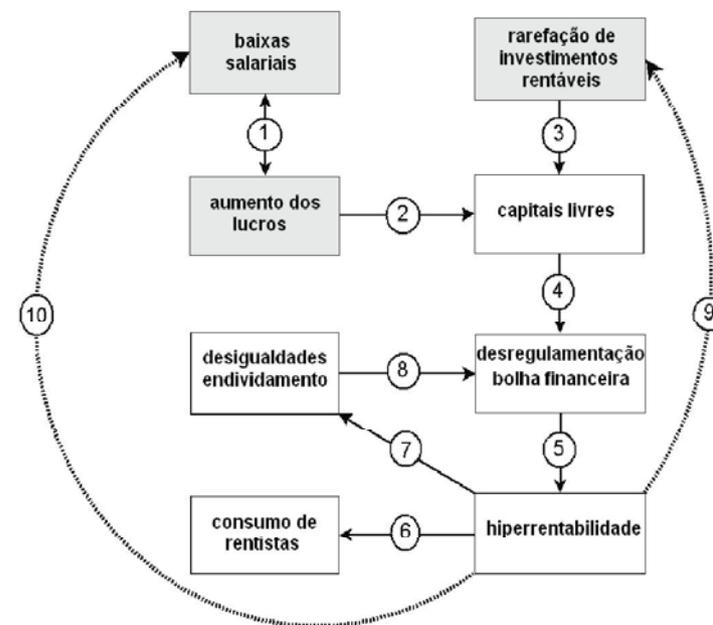
### O funcionamento do capitalismo antes da crise

Apoiamo-nos aqui em uma análise do funcionamento do capitalismo contemporâneo cujas principais articulações convêm lembrar. Elas são ilustradas no Esquema 1 abaixo e podem ser assim resumidas:

- A taxa de lucro restabelece-se tendo por base um recuo generalizado da massa salarial (1).
- Esse restabelecimento da taxa de lucro não leva a um aumento da acumulação, mas à liberação de capitais disponíveis (2) em razão da rarefação das oportunidades de investimentos rentáveis (3).

- Esse movimento foi possível graças à desregulamentação e tem provocado bolhas financeiras (4) e a elevação das normas de rentabilidade (5).
- Essa hiperrentabilidade financeira cria uma camada de rentistas cujo consumo compensa em parte a estagnação da demanda salarial (6). Isso tem por contrapartida o aprofundamento das desigualdades e o recurso ao sobrendividamento dos assalariados (7).
- Esse esquema se autoalimenta: o sobrendividamento provoca uma desregulamentação permanente por meio da criação de novos produtos financeiros (8), ao passo que a elevação das normas de rentabilidade reduz ainda mais as oportunidades de investimentos rentáveis na esfera produtiva (9) e exerce uma pressão renovada sobre os salários (10).

Esquema 1 - Esquema de interpretação do funcionamento do capitalismo contemporâneo



A crise atual golpeia duas características essenciais desse modelo de crescimento, a saber, a diminuição quase universal da fração das riquezas destinadas aos trabalhadores e a formação de profundos desequilíbrios internacionais, notadamente entre a primeira potência mundial, os Estados Unidos, e o resto do mundo. Sobre esta base, desenvolveu-se a finança que teve por função garantir a reprodução de conjunto ao reciclar os lucros financeiros, alimentar o sobrendividamento e financiar os déficits.

Esse regime de acumulação foi uma resposta à recessão generalizada de 1974-1975 que havia botado um ponto final nos arranjos precedentes, ditos “fordistas”, que estavam, ao contrário, fundados em uma partilha estabilizada do valor agregado e no dinamismo da demanda dos assalariados. O capitalismo encontrou uma saída por meio da criação do modelo neoliberal, cujas evidentes contradições foram “geradas” pela globalização e pela financeirização da economia. Em realidade, essas contradições foram somente diluídas no tempo, mas ao preço de uma acumulação de tensões que finalmente conduziram à implosão em 2008. Retrospectivamente, a finança foi o instrumento principal da diluição no tempo dessas contradições.

No fundo, há somente duas maneiras de o capitalismo funcionar: “à moda Keynes”, como durante os “Trinta Gloriosos”; ou “à moda liberal”, como ele o faz desde a grande virada dos anos 1980. Essa análise tem diversas implicações que podem ser resumidas sob a forma de três teses que procuraremos sustentar a seguir:

1. o retorno ao “keynesianismo” dos “Trinta Gloriosos” é impossível;
2. a única saída é, portanto, o aprofundamento do modelo neoliberal;
3. porém, esse modelo não é mais capaz de funcionar, e o capitalismo está em um impasse.

## Ameaças persistentes contra o sistema financeiro

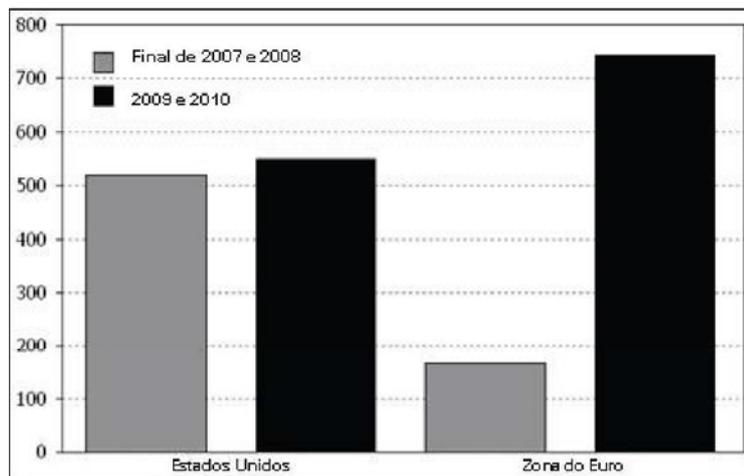
Inicialmente, é preciso frisar que “*as preocupações com a saúde do sistema bancário não se dissiparam totalmente,*” como enfatiza a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) depois de ter apontado os fatores de melhora:

A baixa do aluguel de dinheiro nos mercados monetários, o estreitamento das diferenças entre as obrigações das sociedades, a retomada da atividade dos mercados acionários e certa moderação no endurecimento das condições de acesso aos empréstimos bancários favoreceram uma clara melhora do contexto financeiro geral (OCDE, 2009).

O restabelecimento dos bancos – à custa das finanças públicas no curto prazo e dos trabalhadores, no longo – não dissipam, portanto, todas as incertezas quanto à estabilidade do sistema financeiro.

Diversos tipos de risco subsistem. O primeiro é uma recaída da crise bancária. O ativo dos bancos continua, com efeito, a comportar uma massa de títulos tóxicos e de dívidas duvidosas, e tal situação ainda pode se agravar com a ruína financeira das famílias e as falências futuras de empresas. Para tomar somente um exemplo, as compras a crédito de empresas (LBO - *Leveraged Buy Out*) são estimadas em 60 bilhões euros segundo as contas dos bancos franceses; desse valor, uma boa parte corre o risco de desaparecer. Na zona do euro, os bancos estão atrasados em relação a seus colegas dos Estados Unidos no que diz respeito às depreciações que ainda serão contabilizadas em seus balanços (Gráfico 2). Certo número de países europeus está ameaçado por uma quase falência pública (moeda e orçamento) ou privada (bancos dos novos estados membros).

Gráfico 2 -Montante das depreciações que foram ou serão realizadas pelos bancos (em bilhões de dólares)



Fonte: Duval (2009).

O segundo risco é o retorno dos bancos ao seu comportamento especulativo e à criação de novas bolhas. Martin Wolf, o célebre cronista do *Financial Times*, não hesita em escrever que o sistema financeiro que emerge hoje da crise é “ainda pior que o que a provocara” (WOLF, 2009). Os estabelecimentos bancários que sobreviveram à crise

formam um oligopólio tão grande e tão interconectado que assombra. E eles venceram (...) pois foram eles que receberam as ajudas mais importantes. Pode-se facilmente imaginar como eles se comportarão quando levarmos em consideração todos os dispositivos que os incitam à tomada de riscos (IDEM).

É preciso compreender bem que os simulacros de “regulação” não bastarão para impedir tais excessos: “Tão importante quanto

alinhar as espreguiçadeiras no convés do Titanic, ou seja, perfeitamente inútil”, alertava-nos alegremente Martin Wolf, que coloca o dedo na ferida:

Deixar os estabelecimentos financeiros serem gerados a partir dos interesses dos acionistas que aportam somente 3% dos fundos destinados a serem emprestados é pura loucura. E tentar alinhar os interesses dos gestores com os dos acionistas é ainda mais demente. Em vista da estrutura capitalista atual, os grandes estabelecimentos financeiros são um verdadeiro convite a jogar com o dinheiro dos contribuintes (IDEM).

O interesse dessa análise cáustica é apontar os dois grandes obstáculos à implantação de uma verdadeira regulação da finança. O primeiro é que ela pressupõe um amplo acordo das grandes potências, do qual os Estados Unidos e o Reino Unido evidentemente não estão dispostos a participar. Isso permite melhor compreender a encenação de Nicolas Sarkozy e Angela Merkel, que fingem aumentar suas exigências sabendo de antemão que elas não serão aceitas. É a mesma farsa com os executivos: bem que se gostaria de limitar seus bônus, mas se alguém o fizer, com certeza haverá fuga de “cérebros”.

Porém, existe outra dificuldade de ordem técnica que Martin Wolf anuncia assim: “exigir hoje parcelas claramente maiores de fundos saudáveis colocaria em perigo o restabelecimento da economia”. A contradição, portanto, é a seguinte: ou regula-se imediatamente correndo o risco de bloquear o sistema, ou opta-se por uma “transição de longo prazo”, como propõe Wolf, mas isso também mandaria a regulação às calendas gregas.

A mesma contradição encontra-se do lado dos bancos centrais. De um lado, eles tiveram que inundar a economia com ati-

vos líquidos para impedir a máquina de paralisar completamente. Nesse sentido, eles contribuíram para afastar o risco de depressão. Porém, de outro lado, eles inflaram a próxima bolha, já que esses ativos líquidos disponíveis serão novamente convertidos em ferramentas especulativas com as commodities ou com créditos de carbono (MORRIS, 2009). Eis então o dilema: ou deixar a torneira aberta correndo o risco de uma nova bolha, ou então, controlá-la correndo o risco de bloquear a retomada. Para Jean-Claude Trichet, o presidente do Banco Central Europeu, “o risco mais temível” reside na tentação “de colocar muitas esperanças nos tímidos sinais de retomada que apareceram desde a primavera e proceder de maneira prematura à implantação de estratégias de saída da crise: esgotamento da liquidez, elevação das taxas e restrição orçamentária” (TRICHET, 2009).

Os dirigentes das instituições do capitalismo não realizaram as nacionalizações que teriam permitido colocar as coisas em pratos limpos, por isso, encontram-se perante o terrível problema de condução e agenda. Em suma, eles estão em meio a dois objetivos contraditórios: sanear rapidamente o sistema, mas não destruir a pequena retomada em curso. Sendo essa contradição insolúvel, há um primeiro elemento de regulação caótica por vir, ao qual se somam outros elementos mais estruturais.

### O que não é mais possível

Um dos principais motores da economia mundial foi, há pelo menos dez anos, o consumo das famílias dos Estados Unidos. Em 2007, ele representava aproximadamente 15% do PIB mundial em termos de poder de compra (9,826 trilhões de dólares para um PIB mundial de 65,490 trilhões) e influenciava fortemente o conjunto da economia mundial.

Esse sobreconsumo, fundado em uma redução regular da taxa de poupança e com recursos de sobrendividamento, não pode ser reeditado depois da crise. Porém, ainda há muito trabalho a ser feito para desinflar a bolha financeira. Nos Estados Unidos, o total dos ativos financeiros representa ainda quatro vezes o PIB do primeiro trimestre de 2009, e essa proporção está ainda no mesmo patamar que atingiu em 1998, bem no começo da bolha da Internet (Gráfico 3). A “desfinanceirização” iniciou-se com a alta recente da taxa de poupança, mas ela conduz a uma nova contradição, já que um menor consumo por renda dada significa também um crescimento menos dinâmico para o conjunto da economia.\*

**Gráfico 3 - Ativos financeiros em relação ao PIB  
Estados Unidos 1952-2009 (%)**



Fonte: Federal Reserve, Flow of Funds; Bureau of Economic Analysis.

Uma reorientação, portanto, é necessária. Suas grandes linhas foram traçadas por Lawrence Summers, o conselheiro econômico de Obama, em uma conferência recente:

\* Para uma discussão detalhada desse ponto, ver: HUSSON, 2009.

A economia americana reconstruída deve ser mais orientada para a exportação e menos para o consumo, mais orientada para o meio ambiente e menos para as fontes de energia fósseis, mas orientada para as biotecnologias que para os softwares e técnicas financeiras, mais orientada para a classe média e menos para um crescimento de renda que favoreça de maneira desproporcional uma pequena parte da população (SUMMERS, 2009).

Contudo, para que as exportações possam substituir o consumo como motor do crescimento, ainda é preciso que as exportações mundiais retomem seu dinamismo anterior para criar os mercados necessários. Isso pressupõe uma mudança simétrica do modo de crescimento de numerosos países: se os Estados Unidos reduzissem seu déficit,

países como a China, e provavelmente também a Alemanha e o Japão, não estariam mais em medida de escoar seus excedentes [e, portanto,] de se apoiar num crescimento puxado pelas exportações. Eles teriam que encontrar meios de ampliar a demanda interna de maneira durável e substantiva (BERGSTEN e SUBRAMANIAN, 2009).

Ora, ao menos por ora, essa estratégia dos Estados Unidos não é compatível com a de numerosos países. Em outras palavras, as principais potências não podem todas adotar ao mesmo tempo a estratégia de crescimento fomentado por exportações, e isso também vale para a Alemanha vis-à-vis do resto da Europa.

Outra possibilidade passaria pela melhora na competitividade das exportações estadunidenses, obtida graças a uma desvalo-

rização ampla do dólar. Entretanto, isso teria, por sua vez, efeitos notadamente recessivos sobre a economia europeia. Em suma, é toda a configuração da economia mundial que está comprometida. A maior incerteza pesa, doravante, sobre a trajetória do dólar e sobre o financiamento do déficit estadunidense pelo resto do mundo (déficit que voltaria a se aprofundar em caso de retomada do crescimento nos Estados Unidos). Vice versa, uma mudança de foco para a economia chinesa reduziria seus excedentes e suas importações, devidas, em grande parte, a suas exportações. E essas necessidades crescentes em importações energéticas vão igualmente pesar sobre seus excedentes, até mesmo sobre seu crescimento (LI, 2008).

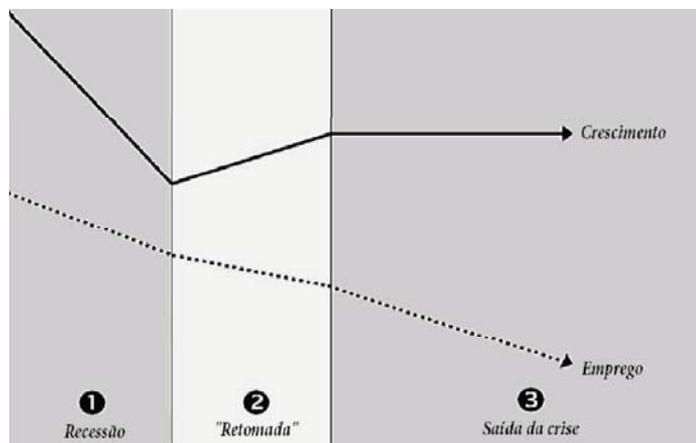
Por trás dos discursos grandiloquentes sobre coordenação, a Europa está implodindo enquanto entidade econômica. O processo de fracionamento europeu tinha começado antes da crise; porém, ele galgou um novo degrau na medida em que diferentes países da União Europeia foram desigualmente atingidos pela crise, seja em função do peso relativo da finança, do mercado imobiliário e automotivo, seja de seu modo de inserção no mercado mundial. Uma verdadeira política econômica coordenada não está, portanto, no horizonte, ainda mais pelo fato de que a União Européia privou-se voluntariamente de instituições que permitiriam conduzi-la: orçamento, política cambial e coordenação fiscal. A Europa da concorrência está logicamente condenada ao cada um por si, e assiste-se a uma verdadeira ruína do modo de construção escolhido. Tudo isso tampouco pode ser resolvido em alguns meses e necessitaria de uma refundação completa do modo de funcionamento da União.

## A trajetória da crise

Se, como acabamos de mostrar, elementos essenciais do funcionamento anterior do capitalismo foram abalados pela crise, a mini retomada atual não poderia prefigurar um retorno ao ponto de partida. Seria melhor concebê-la como uma fase de transição rumo a uma regulação caótica do capitalismo. Essa trajetória provável pode ser resumida em torno de duas variáveis-chaves: crescimento e emprego (Gráfico 4).

A Fase 1, ou seja, a da recessão, está praticamente terminada e hoje encontramos-nos no começo da Fase 2, que é a da “retomada” (atenção às aspas).

Gráfico 4 - Da recessão à “saída da crise”



A “retomada” beneficia plenamente diversos dispositivos de apoio da atividade e de uma relativa – e provisória – descontração das contradições da economia mundial (Tabela 1). Além dos elementos de retomada técnica (reconstituição dos estoques e, posteriormente, da capacidade produtiva), a conjuntura vai se beneficiar do efeito dos planos de relançamento, assim como dos “esta-

bilizadores sociais”. Esse conceito designa os dispositivos (odiados pelos neoliberais) que freiam as demissões (desemprego parcial) e complementam o poder de compra das famílias, impedindo assim a demanda de afundar ainda mais. A desaceleração da economia fez, ademais, baixarem os preços das *commodities*. Todos esses fatores contribuem para manter a atividade econômica e parecem ter obtido êxito em inverter o movimento de baixa e, portanto, de evitar que a economia mundial se afundasse na depressão.

Tabela 1 - Da mini retomada à não-saída da crise

	Fase 2 “Retomada”	Fase 3 “Saída da crise”
<b>Fatores conjunturais</b> - planos de relançamento - estabilizadores sociais - preço das <i>commodities</i>	Apoio à atividade	<i>Esgotamento dos efeitos positivos</i> - reequilíbrio orçamentário - demissões e arrocho salarial - alta do preço do petróleo
<b>Contradições estruturais</b> - repartição da renda - desequilíbrios internacionais - fracionamento europeu	Fraca intensidade	<i>Endurecimento</i> - bloqueio da demanda - fim do sobrendividamento dos Estados Unidos - concorrência intraeuropeia aumentada
<b>Crescimento</b>	Pequeno aumento	estabilização estagnação
<b>Emprego</b>	Baixa contida	ajuste brutal

Ao mesmo tempo, as contradições estruturais exercem-se somente com intensidade relativamente baixa. A repartição da renda

evolui em favor dos assalariados, na medida em que o emprego não se ajustou integralmente à redução da produção, fazendo assim aumentar os custos salariais unitários. A taxa de poupança das famílias aumentou sensivelmente nos Estados Unidos e contribuiu para reduzir o déficit comercial estadunidense, ao passo que o dólar interrompeu sua baixa tendencial. Finalmente, o fracionamento europeu, ou, dito de outra forma, a divergência entre as trajetórias econômicas dos diferentes países da União Europeia, continua sob controle, e os efeitos do relançamento mútuo são maiores por ora.

Essas tendências diversas vão se manifestar cada vez mais claramente durante uma fase de “retomada”, cuja duração deve ser relativamente curta (dois ou três semestres). Os fatores conjunturais positivos vão pouco a pouco se esgotar, ao passo que as contradições estruturais tenderão a se aprofundar. A fase de saída da crise será então “amalgamada” pelo conjunto dos problemas não resolvidos descritos acima. Mais concreta e imediatamente, a dificuldade de sair verdadeiramente da crise vai se manifestar em torno de duas questões-chave: a rentabilidade das empresas e os déficits orçamentários.

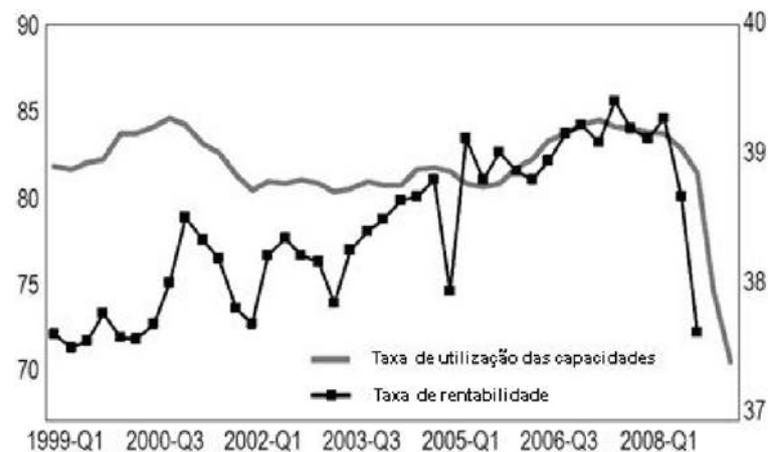
### Lucro, déficit e crescimento: a equação impossível

Há muitos anos, o lucro exhibe uma tendência de alta. A crise interrompeu-a brutalmente, ao mesmo tempo em que provocou uma queda nas taxas de utilização da capacidade produtiva. Há aqui dois mecanismos clássicos de qualquer crise que devem ser analisados detalhadamente a fim de medir suas implicações.

A queda na rentabilidade das empresas é explicada pelo recuo da fração do lucro em seu valor agregado e pela queda da taxa de utilização da capacidade produtiva. Essa última, que habitualmente oscilava entre 80 e 85%, caiu para 70% (ver Gráfico 5). Dito de

outra forma, as empresas devem pagar mais horas de trabalho e rentabilizar mais capital em relação a uma produção em baixa.

**Gráfico 5 - Taxa de utilização da capacidade produtiva e rentabilidade das empresas**  
(Zona do euro 1999Q1-2009Q1 Q=trimestre)

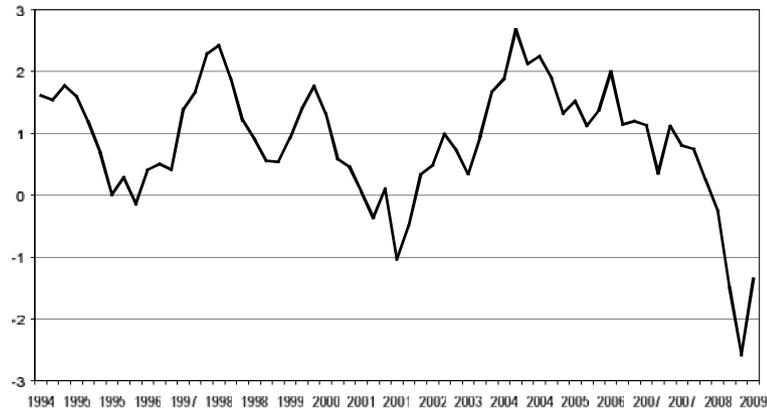


Fonte: Comissão europeia, <http://tinyurl.com/qreaj9>

O recuo do lucro é considerável. Assim, as empresas do CAC 40\* viram seus resultados líquidos reduzirem mais da metade (56,4%) no primeiro semestre de 2009 em relação ao primeiro semestre de 2008 (KAHN, 2009). Essa degradação é explicada em grande parte pela evolução da produtividade do trabalho. Esta, com efeito, despencou consideravelmente, até 2,5% no caso francês (Gráfico 6), mas o constatado é qualitativamente o mesmo na maior parte dos países. Ele significa que os efetivos foram somente parcialmente ajustados ao recuo da produção. É um elemento positivo no sentido que ele impede a demanda de derreter ainda mais.

\* CAC 40, *Cotation Assistée en Continu*, é uma relação das companhias de capital aberto com melhor performance financeira da França.

Gráfico 6 - Crescimento da produtividade por indivíduo na França 1994-2009



Fonte: Insee, contas trimestrais

Não obstante, sob o fogo da concorrência as empresas não vão poder tolerar por muito tempo essa baixa de rentabilidade e vão buscar restabelecer seus lucros, seja ao ajustar os efeitos, seja ao congelá-los, chegando mesmo a baixar os salários. Ao mesmo tempo, os dispositivos como o desemprego parcial atingirão pouco a pouco seu limite de validade, o mesmo para os seguros contra falência. Esse ajuste do emprego e dos salários vai então deslanchar uma nova espiral recessiva pela compressão da renda das famílias. E o fraco crescimento vai ampliar ainda mais o conflito de repartição entre salários e lucro, tanto que a mini retomada vai provocar o aumento do preço de petróleo com um vigor incrementado pela especulação.

Patrick Artus o explica muito bem: “Se a exigência de rentabilidade do capital permanecer a mesma de antes da crise nos países da OCDE, a frenagem durável do crescimento levará as empresas a comprimir fortemente os custos salariais (...) com as consequências sociais previsíveis” (ARTUS, 2009b). Tal contradição só pode se agravar com o forte retorno das políticas neoliberais de “refor-

mas”. Em uma conferência de imprensa, Jean-Claude Trichet dá, nesse sentido, recomendações claríssimas:

convém intensificar cada vez mais os esforços visando a apoiar o crescimento potencial na zona do euro (...). É essencial ativar a implementação das reformas estruturais que se impõem. Em particular, as reformas dos mercados de produtos são necessárias para favorecer a concorrência e acelerar a reestruturação do crescimento da produtividade. Ademais, as reformas dos mercados de trabalho devem facilitar um processo apropriado de fixação dos salários e a mobilidade da mão-de-obra entre os setores e regiões. Ao mesmo tempo, numerosas medidas adotadas nesses últimos meses para manter certos compartimentos da economia deverão ser anuladas progressivamente e em momento oportuno. É essencial que a ênfase seja doravante colocada no reforço da capacidade de ajuste e da flexibilidade da economia na zona do euro em conformidade com o princípio de uma economia de mercado aberta num regime de livre concorrência (TRICHET, 2009).

A preocupação de vários organismos internacionais é notadamente reavaliar as medidas tomadas durante a urgência da crise. Assim, uma recente missão do FMI escreveu a propósito da zona do euro: “as medidas tomadas para apoiar a redução da jornada de trabalho e o aumento dos benefícios sociais – por mais importantes que sejam para aumentar a renda e manter a mão-de-obra no mercado de trabalho – devem ser intrinsecamente reversíveis” (FMI, 2009).

A outra fonte de tensão decorre dos efeitos orçamentários dos planos de relançamento: eles tiveram por contrapartida um inchaço considerável dos déficits que agora os governos vão se empenhar em reabsorver, já que consideram que eles não são sustentáveis. É o que explica novamente Trichet:

o processo de ajuste estrutural deveria começar, em todo caso, no mais tardar no momento da retomada da atividade econômica. Em 2011, será preciso intensificar os esforços de saneamento: [eles] deverão ser amplamente superiores ao valor de referência, de 0,5% do PIB por ano, fixados pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Nos países em que o déficit público e/ou a proporção da dívida pública forem elevados, o ajuste estrutural anual deveria atingir ao menos 1% do PIB (TRICHET, 2009).

Há duas maneiras de fazê-lo: redução dos gastos públicos ou aumento de impostos. As políticas liberais consistirão em privilegiar a primeira opção, e serão as verbas sociais que estarão na berlinda. Porém, certamente será preciso acrescentar aqui uma dose suplementar de ajuste fiscal que pesará sobre a grande massa da população e não sobre os mais ricos. Nos dois casos, essas medidas constituirão um novo choque de demanda que pesará no dinamismo da economia.

### Rumo a uma regulação caótica

Não se trata aqui de prever o curso concreto do capitalismo nos anos vindouros, mas de apresentar um panorama de conjunto das contradições às quais ele vai se confrontar. Não é inútil resumir novamente aqui seus “dilemas”:

1. Dilema da repartição: restabelecimento da rentabilidade *versus* emprego e demanda.
2. Dilema da globalização: reabsorção dos desequilíbrios *versus* crescimento mundial.
3. Dilema orçamentário: reabsorção dos déficits *versus* gastos sociais.
4. Cada um por si *versus* coordenação.

A expressão “regulação caótica” tem somente o objetivo de frisar que é difícil imaginar um modelo capaz de resolver esses dilemas de maneira coerente, ou melhor, que isto está fora de alcance. Abstratamente, um capitalismo “regulado”, com efeito, poderia ser vislumbrado. Ele repousaria sobre essa condição essencial: que ele aceite funcionar com uma taxa de lucros inferior a sua “hiperrentabilidade” atual. Outra repartição das rendas conduziria a uma reorientação para o mercado interno, uma reforma fiscal progressiva e uma refundação das relações Norte-Sul e da União Europeia em uma nova base cooperativa. Muitos discursos buscam propagar a ideia que é rumo a esse tipo de reajuste que estamos caminhando.

Mas esse exercício de ficção regulatória tornou-se supérfluo pelo estado das relações de força sociais atuais, muito distantes daquelas que seriam necessárias para impor tal reforma do capitalismo. No próprio seio da burguesia, as resistências (que, provavelmente, serão vitoriosas no essencial) ao plano de reforma do sistema de saúde de Obama constituem um bom exemplo disso. Além do mais, tudo indica que os governos estão dispostos a aplicar somente medidas cosméticas e mesmo assim apenas em certos setores muito restritos da finança, preservando, desta forma, o essencial. Essa crise permitirá medir a influência da finança sobre os governos ao redor do mundo. A nacionalização, que teria sido a única maneira de esmiuçar a montanha de dívidas que desmoronou e de conduzir aos olhos de todos o saneamento do sistema financeiro, foi universalmente

rejeitada. Na França, o bilhão de euros provisionado pelo banco BNP-Paribas para seus executivos simboliza o grande escândalo do recomeço: em todo lugar no mundo constata-se que os bancos restabelecem seus lucros e que as bolsas começam a subir novamente, mesmo que de maneira hesitante.

Tudo se passa como se os Estados tivessem amortizado, sob a forma de endividamento público massivo, os efeitos do descarriamento do sistema. E o projeto é evidentemente, em um segundo momento, de lançar essa carga sobre os contribuintes e sobre os orçamentos sociais. Nunca a natureza de classe do Estado apareceu de forma tão clara.

Poder-se-ia imaginar também que as empresas reagiriam diluindo a restauração de seus lucros ao longo do tempo. Não seria absurdo do ponto de vista deles: o que eles ganhariam de lucro com um restabelecimento brutal de suas margens (por meio de demissões e congelamento de salários), eles correriam o risco de perder no mercado, devido a queda do consumo. Mas dá-se que a reação ótima, mesmo do ponto de vista deles, está fora de alcance, em virtude da lei da concorrência capitalista que o neoliberalismo liberou de qualquer possibilidade de controle. Nessas condições, haverá sempre uma empresa – ou um país – que escolherá o caminho do ajuste rápido e que lhe dará vantagem imediata sobre seus concorrentes, que serão então obrigados a lhe seguir. As ferramentas de uma coordenação interestatal que permitiram enquadrar esse fenômeno não existem, nem em nível europeu, nem, *a fortiori*, em nível mundial.

Tudo o que a burguesia pode oferecer hoje, é, portanto, um gigantesco simulacro de regulação forjado com discursos grandiloquentes e cúpulas ilusórias. Patrick Artus não consegue constatar nenhum sinal de

que o poder relativo dos acionistas e dos assalariados (...) seja modificado; de que apareça mais investidores

em longo prazo que não fiquem em concorrência pelos desempenhos de curto prazo; que haja menos investidores (...) agarrando as oportunidades de ganhos especulativos imediatos” e daí ele conclui que está “portanto, ainda muito distante” um “capitalismo não-financeiro, que estaria centrado em investimento de longo prazo em projetos eficazes, e nos quais as empresas seriam geridas em função dos interesses de múltiplos grupos e não somente dos acionistas (ARTUS, 2009).

Artus (2009c) confessa-se chocado “com o retorno indiferenciado dos investidores às mesmas classes de ativos (crédito, emergentes, commodities, derivativos ligados a *commodities*, libra esterlina, valores cíclicos e financeiros) logo que a aversão aos riscos diminuiu e que os sinais de melhora da economia apareceram”.

Assim, não é ser excessivamente pessimista, mas lúcido, afirmar que o pior está por vir. O capitalismo chegou a um impasse do qual não pode sair a não ser reforçando ainda mais os processos de regressão social necessários para conservar a ordem social existente. Os efeitos da crise já são desastrosos, principalmente nos países pobres. Em seu último relatório, “Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento”, a ONU frisou que “as crises econômicas e alimentares colocam em perigo os recentes avanços no domínio da erradicação da fome e da pobreza” (ONU, 2009). Porém, para além desses efeitos imediatos da crise, os interesses sociais dominantes vão fazer tudo para restabelecer o funcionamento do capitalismo anterior ao estouro da crise. Tem sua razão, mas é, ao mesmo tempo, absurdo: esse caminho, com efeito, está duravelmente obstruído, já que as condições de sua viabilidade foram destruídas pela crise financeira. Tal é a contradição primeira do período que se abre e a razão pela qual é legítimo evocar uma regulação caótica.

## Retorno ao crescimento?

A partir de meados dos anos 1990, o crescimento foi dopado pelo aumento do endividamento e pela globalização. Ora, pelos cálculos de Patrick Artus, o crescimento suplementar assim obtido foi apagado pela crise: “o PIB mundial recua com a crise tudo aquilo que ele ganhara com o crédito e a globalização” (ARTUS, 2009a). É uma maneira como qualquer outra de ilustrar a natureza particular dessa crise e uma ocasião de colocá-la brevemente em perspectiva. A ideia central aqui é que a globalização e a financeirização permitiram diluir o efeito das contradições não resolvidas do capitalismo. A recessão de 1974-1975 foi somente superada ao preço de expediente e de regressões que permitiram adiar os prazos. O sistema se encontra, de certa forma, em sua posição inicial, mas com suas munições esgotadas. É nesse sentido que podemos afirmar que ele está em um impasse, já que não tem outra escolha a não ser tentar recuperar comportamentos que são os mesmos que levaram a essa grande crise.

A lógica do capitalismo é de recuperar, a todo custo, o crescimento e, a partir do momento em que se trata de analisar seu funcionamento, é legítimo levar em conta esse critério. Porém, ao mesmo tempo, quer manter o nível excepcional de rentabilidade que atingira, e isso é uma tarefa impossível. O retorno do crescimento é incompatível com a atual repartição das rendas, que é a condição de lucros elevados, que, por sua vez, limita o crescimento.

A questão que se impõe então é saber se essa constatação leva automaticamente a um programa reformista que propõe uma espécie de compromisso no qual o capitalismo trocaria uma melhor repartição (para os assalariados) por um crescimento sustentável mediante uma compressão das rendas financeiras. É a ideia que nos é atribuída por Denis Collin, que escreve assim:

As teses subconsumistas são amplamente aceitas no espectro da esquerda. Mesmo os mais radicais como Alain Bihr ou Michel Husson consideram que a causa da crise é o excesso de mais-valia na partilha entre mais-valia e salário. Em resumo, se as reivindicações operárias forem satisfeitas com o aumento do poder de compra, se a riqueza for distribuída, poderemos esperar a retomada da máquina econômica (COLLIN, 2009).

Não obstante, essa maneira de apresentar o problema é reducionista, pois passa ao largo do elemento mais fundamental desta crise, que é o fato de que o capitalismo não está mais em medida de associar um nível elevado de rentabilidade com a satisfação das necessidades sociais elementares. A repartição atual das rendas está determinada pelo critério do lucro, no sentido de que a demanda salarial não é cabível, pois não corresponde mais a possibilidades de mercado rentáveis, como fora o caso durante o período dito “fordista”, que foi definido justamente em referência a uma relativa adequação entre a demanda social e as normas de rentabilidade.

Essa crítica não ruma para um apelo nostálgico em favor do retorno do crescimento fordista, já que ela, ao contrário, obstina-se em mostrar porque isso é impossível, em virtude mesmo do conteúdo da demanda social. As implicações de tal crítica são bem diferentes: elas consistem em colocar a satisfação das necessidades sociais no posto de comando, mesmo se elas não dão espaço a “oportunidades de investimentos rentáveis”. Isso quer dizer concretamente: prioridade aos serviços públicos e à seguridade social que garanta a efetividade dos direitos (saúde, moradia etc.) e prioridade à redução da jornada de trabalho para garantir o pleno emprego.

Tal perspectiva não implica, em si mesma, um suplemento de crescimento, mas principalmente uma modificação mesma

do conteúdo desse crescimento. Porém, elas pressupõem efetivamente uma modificação radical da repartição das rendas. Essa reorientação deve evidentemente ser compatível com os objetivos realistas de um verdadeiro controle da mudança “do tempo”. Por todas essas razões, tal projeto distingue-se radicalmente de uma vontade de “retomada da máquina” tal como era. Dito de outra forma, a busca de uma saída social e ecologicamente sustentável da crise passa pelo desenvolvimento do anticapitalismo.

### Referências bibliográficas

- ARTUS, Patrik. Disparition du “capitalisme financier” après la crise? *Flash Natixis*, n. 376, 28 ago. 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/flas9376.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. Reste-t-il quelque chose du supplément de croissance dû à la mondialisation et au crédit? *Flash Natixis*, n. 395, set. 2009a. [Online]. Disponível em : <<http://gesd.free.fr/flas9395.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. S’il n’y a pas baisse de l’exigence de rentabilité du capital, la situation sociale va devenir très tendue aux Etats-Unis, en Europe, au Japon. *Flash Natixis*, n. 397, set. 2009b. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/flas9397.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. Le chien de Pavlov et les investisseurs. *Natixis Special report*, n. 253, set. 2009c. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/flar9253.pdf>>.
- BERGSTEN, C. Fred e SUBRAMANIAN, Arvind. America Cannot Resolve Global Imbalances on Its Own. *Financial Times*, 19 ago. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/bergft9>>.
- COLLIN, Denis. Faut-il consommer plus? *Le Sarkophage*, jul. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/collin09>>.

- DUVAL, Guillaume. Les banques restent toujours fragiles. *Alternatives Economiques*, n. 283, Sept. 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/fragibk.pdf>>.
- FMI. *Déclaration de la mission du FMI sur les politiques mises en œuvre dans la zone euro*, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/fmieuro9>>.
- HUSSON, Michel. Business as usual? *Regards*, mar. de 2009. [Online]. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/basusual.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. Chine-USA: les lendemains incertains de la crise. *Nouveaux Cahiers Socialistes*, v. 2, set. 2009. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/chimeri.pdf>>.
- KAHN, Annie. Les profits des sociétés du CAC 40 ont chuté de 56,4 % au premier semestre. *Le Monde*, 2 set. 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/cac4091.pdf>>.
- LI, Minqi. Peak Energy and the Limits to China’s Economic Growth. *Political Economy Research Institute Working Paper*, n. 89, Nov. 2008. Disponível em : <<http://tinyurl.com/minqili8>>.
- MORRIS, Rachel. Could Cap and Trade Cause Another Market Meltdown? *Mother Jones*, 8 jun. 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/rm9.pdf>>.
- OCDE. *Quelles sont les perspectives économiques pour les pays de l’OCDE? Une évaluation intérimaire*. OCDE, 3 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/ocdint9.pdf>>.
- ONU. *Rapport 2009 sur les Objectifs du Millénaire*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/onumill9>>.
- FERRAND, Denis e BRUN-SCHAMMÉ, Amandine. Les tendances de l’emploi en France et en Europe à la mi-2009. *Coe-Rexcode Document de Travail*, n. 9, jul. 2009. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/rexecod9.pdf>>.

SUMMERS, Lawrence H. *Rescuing and Rebuilding the US Economy: A Progress Report*. Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lsexpor>>.

TRICHET, Jean Claude. *Déclaration introductive*. Press conference, 2 jul. 2009. Disponível em: <<http://tinyurl.com/trichet79>>.

WOLF, Martin. Contrer la récidence bancaire. *Le Monde*, 1 set. 2009. [Online]. Disponível em: <<http://gesd.free.fr/wolf1909.pdf>>.